

**HABEAS CORPUS Nº 514.888 - SP (2019/0166455-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : MAURO HENRIQUE DE SOUZA SANT ANA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : MAURO HENRIQUE DE SOUZA SANT ANA - SP424011**  
**LUCIANA MELARA ALVES - SP423964**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : E F D DE O (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de E. F. D. DE O. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2097223-55.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Juízo processante converteu a prisão temporária em preventiva, na data de 25/04/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 217-A, c.c. o art. 226, inciso II, na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal, porque "*o investigado, aproveitando-se das relações familiares e de coabitação, bem como dos momentos em que não contava com a vigilância de outros membros da família, abusava sexualmente da vítima, que tinha, à época, entre 11 e 14 anos*" (fl. 65).

Irresignada com a prisão cautelar do Acusado, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem consoante julgado assim ementado (fl. 40):

*"Habeas Corpus, com pedido de liminar - Estupros de vulnerável (prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal), em continuidade delitiva - Prisão temporária convertida em preventiva - Pleito de revogação, indeferido - Impossibilidade de concessão da ordem - Decisões que estão motivadas e atendem às exigências legais (CF, arts. 5.º, LXI, e 93, IX; CPP, arts. 283, caput, 311 e 315) - Presença dos requisitos da custódia cautelar (art. 312, caput, do mesmo codex), ante a gravidade concreta dos fatos (ataques sexuais, em tese, perpetrados pelo paciente contra a sobrinha) - Existência de indícios de autoria, ex vi do teor de relato minucioso da mãe da vítima (a quem a menor confidenciou os crimes em tela) e de gravação de conversa travada entre os protagonistas (via WhatsApp), contendo confissão informal - Medidas cautelares alternativas (CPP, art. 319) que se mostram inadequadas e insuficientes, in casu - Constrangimento ilegal não verificado - Ordem denegada."*

Nas razões deste *writ*, os Impetrantes alegam, em síntese, que o decreto

prisional não está suficientemente fundamentado e que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Aduzem que "[a] simples alegação de gravidade do delito não é suficiente a sustentar decreto prisional cautelar, posto que, como pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a necessidade da medida deve ser comprovada por fatos concretos e não apenas na afirmação de que a gravidade do crime afeta a paz social e deixa abalada a comunidade local." (fl. 8).

Pedem, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, "*mediante a imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO*" (fl. 21).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Tribunal estadual, quando ratificou a decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente (fls. 20-29):

*"De início, cumpre destacar que as rr. decidum ora hostilizadas, ao reverso do que se sustenta, atendem à exigência prevista nos artigos 5º, LXI, e 93, IX, da Constituição Federal, e 283, caput, 311 e 315, do Código de Processo Penal, pois ressaltaram, expressamente, a presença dos requisitos concernentes à custódia cautelar, evidenciados, não se pode negar, diante da gravidade do caso concreto, merecendo destaque aquela proferida por ocasião da decretação da prisão preventiva do paciente, verbis:*

(...) No que tange ao pedido de conversão de prisão temporária em prisão preventiva, de rigor seu deferimento.

**Consta dos autos que o denunciado era casado com (...), com quem tem uma filha de seis anos. Os três moravam juntos, também com o filho adolescente do denunciado (...) e com a vítima, que é sobrinha de (...). A vítima foi criada por essa tia e pelo denunciado, que a tratava como se fosse sua própria filha. Nesse contexto doméstico, o investigado, aproveitando-se das relações familiares e de coabitação, bem como dos momentos em que não contava com a vigilância de outros membros da família, abusava sexualmente da vítima, que tinha, à época, entre 11 e 14 anos. Os abusos se consubstanciaram em apalpar o corpo da ofendida, notadamente o seu peito e as suas nádegas, bem como**

**introduzir os dedos em sua vagina. Não satisfeito, ele ainda praticava sexo oral nela, e a ofendida, por vezes, fingia que dormia para tentar afugentá-lo, mas sem sucesso. O denunciado pedia que a menina não contasse sobre isso para ninguém; caso contrário, ele seria preso. Mesmo sofrendo, a ofendida senti a pena dele, pois ela o tratava como se ele fosse seu pai, o que a levou a manter o segredo por um longo lapso temporal. Ocorre que a vítima foi residir com a sua genitora (...) em meados do ano passado, e apresentava comportamento muito rebelde. Depois de muito questionada pela mãe sobre a razão pela qual ela estava tão alterada é que a ofendida acabou relatando todo o histórico que abuso sexual que sofrera nos últimos anos.**

Como já apontado por este juízo nos autos da prisão temporária (autos 1501664-65.2019), o delito que está sendo apurado envolve lesão a bem jurídico de suma importância, qual seja a proteção da dignidade sexual de vulnerável. A suposta lesão afronta por si a ordem pública de maneira substancial. Afora isto, os indícios de autoria apresentados não são poucos (confira-se gravação oriundo da *pen drive* cuja apreensão é mencionada às fls. 03). Por fim, destaco que o acusado não foi localizado no primeiro endereço apontado nos autos, decorrendo período de aproximadamente um mês entre a decretação da temporária e a sua localização para prisão efetiva, o que também é indício na necessidade de manutenção do acusado ao cárcere para garantia da instrução processual.

[...]

*Acrescente-se que, do teor dos documentos que instruíram a inicial, deduz-se que a vítima morava com o paciente e sua esposa (tia materna da infante), quando dos fatos.*

*Infere-se, ademais, que, em março deste ano, a menor confidenciou à mãe (...) que o paciente ... tocava o corpo dela (sic).*

*De acordo com o relato de referida testemunha, a ofendida revelou que ... quando todos dormiam, na madrugada, o autor dizia para a mulher (irmã da declarante) que ia levantar para orar e ia até a cama da criança e passava as mãos nos seios e nádegas, nos órgãos genitais e chupava sua vagina. Afirmou, ainda, que os mencionados ataques sexuais perduravam ... por cerca de meia hora ou mais... e que ... esses fatos se deram dos 11 anos de idade até os 14 anos (sic).*

**Não bastasse, consta informação noticiando que o paciente ... ligou para a vítima e esta gravou toda a conversa que teve pelo whatsapp com ele, e o mesmo disse que é impossível ficar longe dela e que iria fazer coisa pior. O autor também pede perdão pelo que fez com a vítima, é soro positivo (sic), tendo-lhe ordenado, em seguida, que apagasse o áudio em tela, caso contrário ... isso teria várias consequências e deveriam aprender a se suportarem (sic).**

***Diante disso e do que mais dos autos consta, não há se falar em revogação da constrição cautelar nem em concessão de liberdade***

*provisória, pois a prisão processual, in casu, emerge imprescindível, sobretudo, para se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal (CPP, art. 312), não podendo dar lugar a nenhuma das medidas alternativas previstas na lei processual penal, pois se mostram insuficientes e inadequadas, pelos contundentes fundamentos relacionados pela e. magistrada, em especial, os acima destacados." (fls. 39-43)."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada na **especial gravidade da conduta**, praticada, em tese, contra a sobrinha de sua esposa "*criada por essa tia e pelo denunciado, que a tratava como se fosse sua própria filha*" (fl. 41), bem como **para garantir a conveniência da instrução criminal e eventual aplicação da lei penal**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Exemplificativamente:

"HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL E ESTUPRO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA OCORRÊNCIA DO CRIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSÁRIA DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

[...]

3. O Juízo singular evidenciou a gravidade concreta da conduta do réu - prática reiterada de abusos sexuais contra a vítima, filha da companheira do acusado, a denotar a habitualidade de tais atos. Tais circunstâncias evidenciam a periculosidade do agente e, por isso mesmo, constituem elemento idôneo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a custódia cautelar.

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

5. Ordem denegada." (HC 449.180/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a chave de acesso para consulta às movimentações processuais e a previsão de julgamento do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

